



Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Guaraciaba



Moção nº 015/2021

A MESA DIRETORA, apoiada pelos demais Vereadores que compõem o Poder Legislativo deste município, abaixo assinados, apresentam e requerem, ouvido o Plenário, o envio da presente **MOÇÃO DE APOIO** ao Governador do Estado de Santa Catarina **CARLOS MOISÉS DA SILVA** e ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina **MAURO DE NADAL** para que a proposta de reajuste salarial da segurança pública encaminhada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, seja alterada com base na proposta de lei complementar (PLC) do reajuste linear.

Justificativa

Para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, o Governo do Estado irá investir mensalmente R\$ 241.698.439,00 (duzentos e quarenta e um milhões seiscentos e noventa e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais), para repor a defasagem salarial dos 24.117 (vinte e quatro mil cento e dezessete) servidores públicos que estão trabalhando há 08 (oito) anos sem reajustes salariais.

Segundo a proposta do Governo do Estado, grande parte do montante acima mencionado ficaria nas mãos de apenas 17% (dezessete por cento) do efetivo, caso a PLC do Reajuste Salarial Linear não seja aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Por outro lado, caso seja aprovada, a quantia mensal supramencionada será dividida de forma igualitária para todos os membros da PMSC e do CBMSC, beneficiando cerca de 20.000 (vinte mil) militares, com uma reposição salarial de R\$ 2.138,61 (dois mil cento e trinta e oito reais e sessenta e um centavos), para cada agente público.

Ademais, tal medida irá diminuir as diferenças salariais dentro das carreiras militares, fazendo jus à Lei Complementar Estadual nº 254/03, a qual estabelece em seu artigo 27, que o maior salário do Sistema de Segurança Pública não poderá ser quatro vezes maior do que o menor salário. Além disso, o reajuste igualitário irá potencializar o consumo de bens e serviços dentro do Estado de Santa Catarina.

A presente moção tem o objetivo solicitar apoio para que a proposta de reajuste salarial da Segurança Pública seja alterada com base na Proposta de Lei Complementar do Reajuste Salarial Linear.

Em 14 de outubro de 2021.

Lido no Expediente
104ª Sessão de 20/10/21
ACUSAR RECEBIMENTO
- ANEXO AO PLC 012/21
Secretário



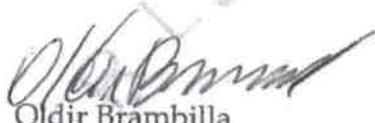
Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Guaraciaba

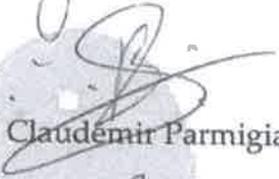



Clodoaldo Luiz Fontana


Gerson Ferronato


Cristiane Finger


Oldir Brambilla


Claudemir Parmigiani


Pedro Luiz Trevisol


Volmir Cossul


Erci Viapiana


Cristiano Brambilla



ESTADO DE SANTA CATARINA

19405-8

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA

MOÇÃO Nº 16/2021

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Lido no Expediente
103ª Sessão de 19/10/21
Comissão de Recebimento
Encaminhar ao PLC 012/21
<i>[Assinatura]</i>
Secretário



Os Vereadores que subscrevem a presente Moção, vêm respeitosamente, depois de cumpridas as formalidades legais e regimentais, apresentar e requerer, se aprovada for, o envio de cópia da presente MOÇÃO DE APOIO aos Deputados Estaduais integrantes da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para que a proposta de reajuste salarial da segurança pública, encaminhada pelo Governo do Estado à ALESC, seja alterada com base na Proposta de Lei Complementar (PLC) do **Reajuste Linear**.

CONSIDERANDO:

Que para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, o Governo do Estado irá investir mensalmente R\$ 241.698.439,00 (duzentos e quarenta e um milhões seiscentos e noventa e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais), para repor a defasagem salarial dos 24.117 (vinte e quatro mil cento e dezessete) servidores públicos que estão trabalhando há 08 (oito) anos sem reajustes salariais.

Que segundo a proposta do Governo do Estado, grande parte do montante acima mencionado ficaria nas mãos de apenas 17% (dezessete por cento) do efetivo, caso a PLC do Reajuste Salarial Linear não seja aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Que por outro lado, caso a PLC do Reajuste Salarial Linear seja aprovada, a quantia mensal de R\$ 241.698.439,00 (duzentos e quarenta e um milhões seiscentos e noventa e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais) será dividida de forma igualitária para todos os membros da PMSC e do CBMSC, beneficiando cerca de 20 (vinte) mil militares, com uma reposição salarial de R\$ 2.138,61 (dois mil cento e trinta



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA HELENA



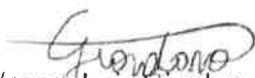
e oito reais e sessenta e um centavos), para cada agente público, o que representará um aumento no poder de compra destes servidores.

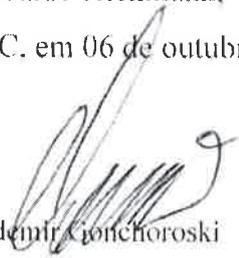
Que tal medida irá diminuir a discrepância dos maiores salários para os menores salários dentro das carreiras militares, fazendo jus à Lei Complementar Estadual nº 254/2003, a qual estabelece em seu artigo 27, que o maior salário do Sistema de Segurança Pública não poderá ser quatro vezes maior do que o menor salário. Além disso, o reajuste igualitário irá potencializar o consumo de bens e serviços dentro do Estado de Santa Catarina.

MOCIONA-SE:

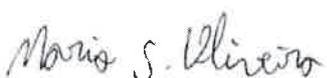
Para que seja votada favorável a presente Moção, oferecendo o apoio aos Deputados Estaduais integrantes da Comissão de Segurança Pública, para que a proposta de reajuste salarial da Segurança Pública (12/2021), encaminhada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, seja alterada com base na Proposta de Lei Complementar (PLC) do Reajuste Salarial Linear, nos termos da fundamentação supra.

Salão Nobre Wilibaldo Hickmann,
Santa Helena – SC, em 06 de outubro 2021.


Wagner Luiz Giordano


Claudemir Cionchoroski


Izairir Larentis


Mário Sérgio de Oliveira


Mauro Cesar Gava


Pedrinho Casanova

Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena
Aprovado por todas
em única votação
em 06/10/2021
